A instalação de hidrelétricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos

Maria José Reis

Universidade do Vale do Itajaí Itajaí Brasil
masereis@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste texto é reconstituir a trajetória histórica do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) iniciado no final da década de 1970 na região do Alto Uruguai (SC/RS) e que continua até os dias atuais assumindo dimensão nacional e internacional. Seu foco central é o campo social de conflitos que se iniciou quando se tornou pública a instalação de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai (SC/RS) por parte das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul). Na reconstituição da trajetória histórica do referido campo de conflitos, além da atuação dessa empresa, destaca-se de modo especial a dos atingidos – em sua maioria agricultores familiares a serem removidos de seus territórios tradicionais – e a de seus mediadores – responsáveis iniciais pela organização do MAB – focalizando-se sua organização, estratégias de luta e conquistas.

Palavras-chave: hidrelétricas, migração compulsória, campo social de conflitos.

Abstract

The purpose of this text is to trace the historical trajectory of the Movement of those Affected by Dams (Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB) which began at the end of the decade of 1970 in the region known as Upper Uruguay (SC/RS) and continues up to the present to assume national and international dimensions. Its main focus is the social field of conflict which began with the public announcement of the installation of hydroelectric dams on Uruguay River Basin (SC / RS) by the Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL). In the reconstitution of the historical trajectory of the conflict, this paper extends beyond the actions of this company to highlight in a special way those who have been affected – mostly the families to be removed from their traditional territories – and their mediators – those responsible for the organization of the Movement – with focus upon their organization, strategies and achievements.

Keywords: hydroelectric dams, compulsory migration, social field of conflicts.

Introdução

A aceleração de processos de desenvolvimento, no Brasil, na segunda metade do século XX, caracterizou-se, dentre outros aspectos, pela instalação de “projetos de grande escala” (Ribeiro, 1991), voltados para a disponibilidade de infraestrutura, entre os quais barragens destinadas a produção de energia elétrica. Pesquisas nacionais e internacionais¹ têm demonstrado que a instalação destas obras desencadeia processos socioambientais de extrema complexidade, compreendendo tanto aspectos técnicos quanto sociais e políticos.

Dentre seus múltiplos desdobramentos, a instalação das hidrelétricas requer uma reordenação territorial local. Como parte dessa reordenação há a necessidade de deslocamento compulsório das populações locais, uma vez que seus espaços tradicionalmente ocupados serão convertidos em reservatórios ou lagos artificiais, além da apropriação de seu entorno para diferentes atividades necessárias ao funcionamento dos novos empreendimentos (Reis, Bloemer, 2001).

Movimentos sociais de resistência à instalação dessas obras têm sido registrados nos mais diferentes contextos nacionais e internacionais, formando verdadeiras redes de atores sociais mobilizados em torno deste problema. Trata-se, a rigor, da constituição de um “campo social de conflito” (Swartz, 1968, Bourdieu, 1981), reunindo um conjunto de atores estruturalmente diferenciados, relacionados em um jogo de mútuas interações e confrontos, em um contexto sociopolítico específico.

Este é o caso da instalação de 25 hidrelétricas (UHEs), no vale do Rio Uruguai (SC/RS), pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul), cuja proposta ficou popularmente conhecida como “Projeto Uruguai”. A forte reação de uma parcela significativa dos futuros

“atingidos”² pelo projeto se antecipou, ao contrário da hidrelétrica binacional de Itaipu, em relação ao início das obras. Com sua mobilização e organização constituíram o ‘Movimento dos Atingidos por Barragens’ (MAB), que logrou ganhos significativos, sobretudo nas formas de compensação pelo deslocamento compulsório ao qual seriam submetidos, e quanto ao adiamento temporário ou definitivo de algumas das obras a serem instaladas na região.

Este texto tem como objetivo a reconstituição da trajetória do MAB, que será focalizado em relação a sua organização e as suas estratégias de luta e conquistas, sendo destacadas a atuação da Eletrosul, dos futuros atingidos e de seus mediadores.

A atuação do setor elétrico

O planejamento e as iniciativas da Eletrosul em relação ao aproveitamento hidroenergético da bacia do Uruguai foram marcados pelas características básicas que norteavam o setor elétrico brasileiro desde a criação da Eletrobras, no início da década de 1960. Ou seja, a existência, desde então, de um portentoso aparelho de planejamento, controle e gestão dos sistemas de produção e distribuição de energia elétrica no conjunto do território nacional (Vainer, Araújo, 1990, p. 19) e a opção preferencial por grandes usinas de aproveitamento hídrico para o atendimento à demanda de eletricidade.

De acordo com Vainer e Araújo (1990, p. 20), em relação às providências relativas à desapropriação e ao deslocamento das populações ocupantes das áreas destinadas à implantação das hidrelétricas, as subsidiárias das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras) atuavam de modo semelhante, através de três estratégias básicas: a desinformação, a perspectiva territorial patrimonialista e a negociação individual.

A desinformação, uma das principais estratégias das empresas do setor elétrico em seu relacionamento com as referidas populações, assumia, nos momentos iniciais de sua atuação em uma determinada região, como lembram os referidos autores (1990, p. 20), a forma pura e simples da sonegação de informações. Essa sonegação possibilitava o ingresso e a circulação de pessoal da empresa na região e facilitava a conquista de algumas posições no espaço regional, antes que a população percebesse efetivamente o que estava para acontecer. Esta estratégia

A instalação de hidreletricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos continuava, por vezes, apos o inicio das obras, através de uma especie de “propaganda enganosa”, veiculada pelo próprio setor, que divulgava o empreendimento e seus supostos “benefícios” calando-se quanto aos aspectos socioambientais negativos. Podia, igualmente, ocorrer por meio da divulgação de informações contraditórias ou desencontradas sobre varios aspectos do andamento das obras, entre as quais as soluções relativas ao deslocamento das populações locais. Gerar insegurança e duvidas facilitava aos empreendedores a imposição de determinadas soluções à revelia dos segmentos sociais potencialmente afetados pelos projetos.

A estratégia territorial patrimonialista, por sua vez, de acordo com Vainer e Araújo (1990, p. 21) foi frequentemente utilizada pelo setor elétrico quando se tratava de “criar o vazio demografico necessario a instalação das barragens [...]”. Eram realizados cadastramentos socio-econômicos fornecendo informações sobre cada estabelecimento rural ou urbano e seus respectivos proprietarios. Estes dados norteavam, por meio da compra, a “desocupação” da area e sua reapropriação por parte do setor elétrico, desconsiderando-se os direitos dos demais ocupantes da area, não proprietarios dos espaços territoriais ocupados.

A aquisição das areas era preferencialmente feita por negociações individuais entre o proprietario da area requisitada e a empresa responsável por esta tarefa. Conforme, ainda, os referidos autores (1990, p. 21), a opção por este tipo de negociação tinha objetivos claros: impedir, ou dificultar, a discussão e a organização coletivas.

A Eletrosul tentou no vale do rio Uruguai, reproduzir, em parte estas mesmas praticas, esquivando-se, inclusive, ate onde foi possível, ao dialogo com os agricultores, além de invadir propriedades rurais, provocando danos em cercas e plantações, derrubando árvores e instalando piquetes destinados a demarcar as areas a serem alagadas.

Contudo, a reação negativa antecipada das populações locais em relação às duas primeiras usinas do Projeto Uruguai – UHE Machadinho e UHE Itá – ambas no rio Uruguai, entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, acabou por interferir no modo tradicional de atuação da própria empresa.

Três fatores tornaram possível essa reação. Em primeiro lugar como já salientado em outro texto (Scherer-Warren, Reis, 1986), ao relaxamento da repressão politica comandada pelos governos militares

e ao início do processo de democratização, para o qual, sem dúvida, muito concorreram os próprios movimentos sociais. Em segundo lugar, como salienta Navarro (1996, p. 131), as mudanças estruturais na economia agrária com aceleração do processo de modernização agrícola e as consequentes alterações nos padrões produtivos, nas possibilidades de acesso à terra e nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Por último, a presença e atuação no campo social do conflito de setores da chamada “igreja progressista”, ou “igreja popular”³, além dos sindicatos de trabalhadores rurais.

A criação da “Comissão Regional de Atingidos por Barragens” (CRAB)

Por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), imediatamente após a publicação dos resultados da revisão dos estudos sobre o Projeto Uruguai, em outubro de 1979, houve a primeira reunião para discutir o problema. Realizada em Chapecó (oeste catarinense), contou com a presença de pequenos produtores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representantes da CPT de SC e RS, agentes pastorais e religiosos da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, sociólogos e agrônomos da Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e Ensino Superior (Fapes). Entre outros encaminhamentos, o mais importante foi a criação de uma “Comissão de Barragens”, destinada a “ir pensando” o que desde então foi definido como “um problema social a ser enfrentado” (Fapes, 1979). Merece igualmente ser destacada a presença de outros produtores rurais que haviam vivenciado a experiência de deslocamento compulsório em virtude da instalação das UHE de Salto Santiago e Salto Osório, ambas realizadas pela Eletrosul, no estado do Paraná, cujas negociações com a empresa ocorreram em 1978 (Ferreira, 1987). Foi, assim, oferecida aos pequenos produtores do Alto Uruguai, neste primeiro evento, a oportunidade de ouvir os depoimentos sobre a atuação da Eletrosul em relação às soluções concernentes às desapropriações dos territórios destinados à implantação das referidas UHEs. Tratava-se, a rigor, da utilização das estratégias tradicionais do setor elétrico apontadas anteriormente. Além disso, as soluções foram impostas apresentadas sob a ameaça, caso não fossem aceitas, de serem encaminhadas judicialmente (Fapes, 1979). Relatos similares de experiências vivenciadas em virtude da implantação

A instalação de hidrelétricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos de outros projetos de hidrelétricas repetiram-se em encontros e reuniões posteriores, promovidos pela recém-criada comissão, em diferentes locais da região do Projeto Uruguai. Nesses eventos, era mostrado um vídeo contendo situações dramáticas, vivenciadas pelos agricultores expropriados em virtude da instalação da UHE binacional de Itaipu.

A Comissão de Barragens sofreu sucessivas reestruturações, já no início de sua atuação, em primeiro lugar em função da criação de comissões municipais e locais, passando a ser denominada de “Comissão Regional de Atingidos por Barragens” (CRAB, 1980). Em termos operacionais, a CRAB era constituída, até final de 1983, por uma secretaria, localizada em Erechim, RS, responsável pelos trabalhos burocráticos e pela coordenação geral do movimento. No início de 1984, lideranças da CRAB decidiram pela criação de uma “executiva”, composta por representantes dos atingidos de várias regiões da bacia do Uruguai, por sindicalistas, assessores e pessoal da secretaria.

O início da mobilização política e a constatação da necessidade de ampliá-la exigiram uma reestruturação da CRAB, sendo criadas, em março de 1985, quatro comissões regionais⁴, cada uma com a função de coordenar, nas respectivas regiões, o que passou a ser denominado de “Movimento dos Atingidos por Barragens”.

Em 1986, além das comissões regionais, da secretaria e da executiva, foi instituída como “espaço de discussão e deliberação do Movimento”, a “assembleia” (CRAB, 1990), de início anual, e posteriormente bianual. Neste mesmo ano foi criada uma quinta região (Roncador/Garibaldi), com a finalidade de estimular a organização dos agricultores familiares que seriam afetados por três usinas hidrelétricas binacionais (nos limites do Brasil com a Argentina) a serem implantadas igualmente no vale do Uruguai.

A configuração e a dinâmica da reação dos pequenos produtores ao Projeto Uruguai teve a ver, sem sombra de dúvida, com a atuação das lideranças do MAB, concentrados na CRAB. Foi ela quem divulgou a notícia da implantação das hidrelétricas e que desnaturalizou suas implicações socioambientais, contrapondo ao discurso do “progresso” e dos “benefícios” para a região, veiculado pela Eletrosul, uma identificação de “danos e perdas”, especialmente para os pequenos produtores ocupantes das áreas requeridas para os empreendimentos. Foi sobretudo pela sua ação

que as “vítimas”, assim identificadas, passaram a ser reconhecidas e politicamente nomeadas de “atingidos”, constituindo-se em novos sujeitos políticos. Pela atuação da CRAB, foram pesquisadas e veiculadas informações sobre as consequências e a magnitude do Projeto Uruguai, foram encaminhadas demandas e reivindicações, definidos inimigos e conquistados aliados, pressionando prefeitos e vereadores a se posicionarem, batendo as portas das assembleias legislativas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina recorrendo a Brasília, sempre que necessário, e encaminhando as “autoridades federais” um abaixo assinado de mais de um milhão e meio de assinaturas. Foi também através de sua atuação que o MAB se constituiu e adquiriu visibilidade, organizando grandes romarias e outras manifestações públicas, publicando um jornal – “A enchente do Uruguai” – assumindo programas de rádio, criando fatos políticos como a retenção de técnicos da Eletrosul, a invasão de acampamentos nos territórios ocupados por essa empresa ou a arrancada de marcos colocados pelos técnicos. Foi, ainda, pela atuação da CRAB que se estabeleceram os termos do “acordo”, a ser tratado mais adiante, firmado entre as partes interessadas em relação às soluções para a retirada dos atingidos da área, incluindo entre elas o reassentamento de atingidos não-proprietários de terras.

Estas e outras iniciativas da CRAB ocorreram através da presença e da influência dos diferentes mediadores já mencionados, especialmente da igreja progressista e dos sindicatos de trabalhadores rurais, cujas marcas são perceptíveis ao longo de toda a trajetória do MAB.

A intermediação da “igreja progressista” e do sindicalismo rural

A formação de lideranças rurais no Alto Uruguai e, através delas, a politização da instalação das hidrelétricas, esteve a cargo de órgãos vinculados à igreja progressista até meados da década de 1980. A partir daí, esta tarefa foi prioritariamente assumida pelas escolas sindicais e, desde o início da década de 1990, pelas lideranças dos próprios movimentos, o que já era realizado pelo Movimento dos Sem-Terra e iniciado, inclusive, pelo próprio MAB.

O MAB contou, desde seu início, além do envolvimento de agentes pastorais da Igreja Católica e da Igreja Protestante de Confissão Luterana, com a presença e a adesão de bispos de várias dioceses

A instalação de hidrelétricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos do noroeste do Rio Grande do Sul e oeste catarinense. Por meio da participação direta ou indireta de sua hierarquia e da atuação politicamente engajada dos demais agentes pastorais, alertando nos púlpitos e em outros espaços religiosos, como nas “Comunidades Eclesiais de Base” (CEBs)⁵, sobre as consequências da instalação de hidroelétricas na bacia do Uruguai, a presença da Igreja foi decisiva para mobilizar e organizar os pequenos produtores rurais para a problemática em questão, de diversas outras maneiras dispondo sua infra-estrutura física para a realização de eventos, tais como cursos, assembleias, etc., e intermediando a obtenção de recursos financeiros na própria região e até internacionalmente (Rothman, 1993). Mas, sobretudo, foi fundamental por sua atuação político-pedagógica voltada para a formação de lideranças que eram, no início da reação contra as barragens, os principais agentes mobilizadores das populações locais. Foram eles, a rigor, responsáveis em primeira mão, pela efervescência e “recuperação da capacidade ativa do povo” (Doimo, 1995, p. 149) em todo o Alto Uruguai, em torno de outras questões socioeconômicas relativas aos pequenos produtores da região, já apontadas. Como afirma Navarro (*apud* Moraes, 1994, p. 130), pelo menos 90% dos quadros dirigentes e intermediários de todos os movimentos sociais, no primeiro período (1979 a 1986), “começaram a entender pelas mãos da Igreja”. A formação desses quadros foi levada a cabo pela “Escola Diocesana de Servidores de Erexim” (ESC), pela Pastoral da Juventude (PJ), e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A ESC, segundo Moraes (1994, p. 134-135), foi fundada em 1973, funcionando nas dependências do Seminário Diocesano de Nossa Senhora de Fátima, de Erexim, RS, cidade que sediou a CRAB desde seu início. Especialmente a partir de 1978, a ESC passou a oferecer cursos para a formação de lideranças voltadas para o que era denominado a “desalienação da fé”, isto é, a aproximação da fé com a política. Através dessas lideranças foi desencadeado um processo de politização nas comunidades coloniais tradicionais. Por sua vez, a “Pastoral da Juventude” realizava cursos, tendo como principal objetivo mobilizar politicamente os jovens, preparando-os para atuar nas respectivas comunidades, desenvolvendo um trabalho voltado para as questões sociais e sindicais.

(Moraes, 1994, p 151) Do mesmo modo, a CPT dedicava-se a tarefas politico-pedagógicas, realizando seus “mutirões de formação” de trabalhadores rurais, estimulando sua politização voltada especialmente para questões do acesso à terra

Como em outros movimentos populares onde se fez presente o trabalho mobilizador dessas lideranças preparadas pela igreja progressista (Doimo, 1995, p 143), signos de linguagem como “a caminhada”, o “povo oprimido” e a “libertação” foram presenças constantes no discurso referente ao problema da instalação das hidrelétricas, especialmente pelo discurso de seus agentes em grandes manifestações públicas

Proliferavam imagens bíblicas, que, metaforicamente, foram apropriadas através do exercício realizado nas CEBs, de aproximação entre “fe e vida”⁶ para pensar a questão das barragens, sendo tematizadas, também em cânticos entoados nas celebrações religiosas. Assim, a formação dos lagos em função de sua construção, mais que uma enchente, seria um “diluvio” que viria trazendo “as águas da morte, cobrindo os campos e as serras” (CRAB, 1985). O problema das barragens passou, também, pelo julgamento e condenação divinos, através da evocação de várias passagens bíblicas que argumentavam, entre outros aspectos, que “[] quando se usa a terra ou a água, sempre é preciso ver se elas trazem benefício ou prejuízo ao homem. O juízo de Deus acerca das barragens é bastante claro [] Deus não quer a enchente do Uruguai e dos outros rios, o projeto é anti-cristão e diabólico ” (CRAB, 1984)

Do mesmo modo, a mediação de agentes religiosos manifestou-se na utilização e na ressemantização de outros signos e símbolos cristãos. Por exemplo, a utilização de cruzes para substituir os piquetes colocados pela Eletrosul para definir as áreas a serem alagadas, retirados em rituais realizados em diferentes localidades da bacia do Uruguai, ou a presença da cruz no logotipo do próprio movimento.

Entre 1985 e 1987, em decorrência das várias articulações realizadas nos estados do Sul pelo sindicalismo brasileiro e do crescimento de suas atividades, foi mantida no Alto Uruguai a “Escola Sindical Margarida Alves” (ESMA) por onde passaram muitos dirigentes dos movimentos sociais da região. Os conteúdos da formação de

A instalação de hidreletricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos lideranças rurais repassados pela ESMA relacionados as questões sociais específicas, como a das barragens, estavam voltados, em ultima instância, para a perspectiva da transformação social, na direção da construção de uma nova sociedade Segundo Moraes (*op cit* , p 152), ela orientava para a conscientização sobre um projeto mais abrangente, “visando a transformação da sociedade capitalista em socialista” Sua atuação aproximava-se do ideário do Partido dos Trabalhadores (PT)⁷, e viria, em parte, a orientar o ideário dos movimentos sociais da região, inclusive o do MAB, (Moraes 1994, p 172)⁸, como se verá adiante

No início de 1987, foi criada a “Escola Sindical Alto Uruguai” (ESAU), com a finalidade de realizar a formação dos movimentos populares urbanos e rurais da região A ESAU destinava-se as lideranças intermediárias que já tinham atuação no sindicalismo e em outros movimentos populares, com modelo organizativo e projeto político similares ao da ESMA Desde 1989, no entanto, o tipo de formação político-ideológica oferecida pela ESAU e seu gradativo distanciamento dos desdobramentos do movimento sindical começavam a coloca-la em questionamento sendo incorporada posteriormente à “secretaria de formação” do Departamento Rural da CUT Estadual (Moraes, 1994, p 183)

Como informa ainda Moraes (*op cit* , p 206), no início dos anos 1990, uma vez que as escolas sindicais estavam distanciadas da realidade local e de suas demandas específicas, o trabalho de formação foi deixado para os movimentos sociais

Esta reorientação no modo de conduzir as tarefas de formação também influenciou a relação com outros mediadores, como o “Centro de Educação Popular” (CEPO), fundado em 1986, e o Centro de Tecnologia Alternativa (CETAP) O CEPO passou a exercer para os movimentos populares do Alto Uruguai tarefas mais técnicas, como a preparação de material para comunicação – inclusive o Jornal “A enchente do Uruguai” – e a intermediação para a obtenção de recursos financeiros do exterior (Scherer-Warren, Reis, 1989) O CETAP foi criado com o objetivo de difundir novas técnicas que se adaptassem às pequenas propriedades rurais e prestar assessoria na área tecnológica as organizações e movimentos rurais (CRAB, 1986, p 8)

Assessorias técnicas como estas, que contavam com a presença de especialistas de diferentes áreas de conhecimento (agrônomos, sociólogos, geógrafos, advogados etc), foram fundamentais para capacitar o MAB a lidar com um amplo conjunto de questões, desde as diretrizes da política energética nacional, os aspectos técnicos relativos à construção de usinas hidrelétricas e suas consequências socioambientais, e o planejamento e a instalação de projetos de assentamentos rurais

A reestruturação do MAB de razões simbólicas a razões práticas

As mudanças que marcaram a passagem do MAB, da maior presença da mediação da igreja progressista para a do sindicalismo, não ocorreram simultaneamente e nem no mesmo ritmo em toda a região do Alto Uruguai. É necessário destacar que, de certo modo, foram os mesmos agentes que participaram das instituições vinculadas à igreja progressista que, em sua grande maioria, constituíram o público privilegiado das escolas sindicais. Por outro lado, foram eles mesmos que criaram as Comissões de Barragens, organizaram as oposições sindicais, iniciaram o Movimento dos Sem-Terra e o Movimento das Mulheres Agricultoras (Scherer-Warren, Reis, 1989), e neles atuaram, por vezes simultaneamente, tornando-se ainda representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), membros e até candidatos do Partido dos Trabalhadores. Atuaram, portanto, ao longo de suas histórias particulares em vários desses movimentos e instituições carregando consigo as marcas e as transformações de sua formação e de diferentes experiências vivenciadas por onde passaram atuando politicamente.

A diversidade de mediações que marcou a trajetória do MAB e autoidentificada pela própria CRAB (1981, p 1), ao se autodefinir como uma “comissão” que reunia pessoas ligadas a diferentes instituições e setores (sindicatos, igrejas, universidades), constituindo, como sugere Moraes (1994a), uma “síntese de mediações”. Sua função, conforme o mesmo documento, era a de ser “um ponto de apoio e de serviço” aos pequenos produtores rurais e demais atingidos. A rigor, a afirmação de ser um “ponto de serviço” era a que melhor sintetizava a autoimagem que a CRAB havia construído, imagem condiscente com sua atuação político-pedagógica, nos moldes inspirados

A instalação de hidreletricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos pela orientação da igreja progressista Na prática, era sua secretaria que exercia a função de coordenação da mobilização e organização dos futuros atingidos As “comissões locais” eram sua menor, porém mais atuante, instância organizativa, aproveitando-se da estrutura comunitária já existente nas localidades rurais da região A elas caberia mobilizar e organizar os atingidos, nos moldes da “democracia de base” (Scherer Warren, Reis, 1989), um dos pilares da orientação da Igreja Progressista para o seu trabalho com o “povo”

Com a entrada na CRAB, em 1985 de quatro jovens ligados a Pastoral da Juventude, ocupando diferentes posições e desempenhando funções de secretaria e coordenação, ocorreu sua reestruturação As três mudanças mais significativas citadas anteriormente promoveram as seguintes alterações a ampliação e o reforço do grupo dirigente com a criação da Executiva, a quem caberia a direção política do movimento, a criação de “lideranças intermediárias”, responsáveis pela intermediação da executiva com as “bases”, ou seja, a população rural afetada de algum modo pela instalação das hidreletricas – os designados de “atingidos”, e a possibilidade de participação coletiva das lideranças e das bases, nas assembleias gerais, que teriam caráter deliberativo sobre as questões prioritárias a serem encaminhadas pelo MAB

Em síntese, os reflexos da transformação da organização do MAB acabaram por alterar sua condição inicial passando, a partir de 1985, como afirmou uma de suas principais lideranças à época, cujo discurso era performativo (Bourdieu, 1981), de “serviço” a “movimento” (Reis, 1998) O significado desta nova autoidentificação, intimamente associado à predominância de princípios organizativos propostos pela mediação sindical, tornara-se evidente através de uma concentração do poder de decisão maior nas mãos de um grupo dirigente e nas modificações quanto aos objetivos da atuação e da própria luta política conduzida pelo MAB

Tratava-se, na perspectiva deste mesmo informante (Reis, 1998), de criar ‘consciência política’ nos pequenos produtores rurais, no sentido de reconhecer sua condição de “trabalhadores rurais”, ameaçados de perder a terra Houve, para tanto um progressivo afastamento das práticas e representações simbólicas inspiradas no

universo religioso marcado pela intermediação da igreja progressista, praticamente hegemônico no período anterior. Na interpretação da referida liderança, essa última mudança foi “necessária”, tendo em vista os desafios de uma conjuntura socioeconômica desfavorável à sobrevivência da pequena produção agrícola e ao “amadurecimento político” do próprio movimento, nos termos propostos pela ESMA (*apud* Reis, 1998, p. 69)

Todo o movimento popular passou por uma fase de grande mobilização de romarias: apelou para os sentimentos e ao místico, ao simbólico. Hoje não se consegue reunir o pessoal desse jeito [] tem que pensar no prático, no concreto. Corre o perigo de esvaziamento [] O concreto hoje e a questão econômica, e que eles estão perdendo a terra [] No sentido assim, se tem que ocupar a terra, não vai brigar com a cruz na mão, tu tens que botar a foice na frente para não levar baionetada da polícia. Tem que ter essa visão, senão acaba sendo mártir sempre.

A maior ênfase em “razões práticas”, ou seja, em questões políticas e econômicas em detrimento de “razões simbólicas” (Sahlins, 1979), que coincide com a reestruturação organizativa da CRAB/MAB, nos termos já aludidos, refletiu-se, também, na definição de demandas e encaminhamento de reivindicações, aspecto tratado a seguir.

Informar para mobilizar e constituir as “bandeiras de luta”

Uma das primeiras tarefas assumidas pelo MAB desde o início da mobilização popular no Alto Uruguai foi a obtenção e a veiculação de informações sobre o deslocamento da população ocupante das áreas a serem requeridas para a instalação da infraestrutura necessária ao funcionamento das duas primeiras hidrelétricas a serem construídas – UHE Itá e UHE Machadinho.

Desde as primeiras reuniões entre lideranças e pequenos produtores rurais tornou-se evidente a desinformação das populações sobre as referidas obras. Assim, informar para mobilizar a partir destes primeiros encontros, ainda que não explicitamente, transformou-se em uma das prioridades do trabalho dos mediadores.

As informações diziam respeito tanto a aspectos técnicos que adquiriam importância social, tal qual a definição das cotas dos lagos das barragens que permitiriam dimensionar as áreas que seriam alagadas, quanto ao conhecimento sobre a atuação do setor elétrico brasileiro,

A instalação de hidrelétricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos em relação as questões sociais, podendo incluir – o que frequentemente ocorreu – considerações sobre a questão das barragens e a produção de energia e sua inserção no contexto nacional e internacional

Quanto aos dados técnicos sobre o Projeto Uruguai, foram feitos sucessivos apelos a Eletrosul para que fossem definidas as áreas a serem alagadas e o número da população rural e de seus respectivos núcleos populacionais a serem atingidos. Conforme o relato de uma liderança do MAB (REIS, 1998), entretanto, pouco ou quase nada foi acrescentado ao que já se sabia: isto é, ao conteúdo proveniente dos referidos levantamentos realizados por consultorias e pela própria empresa: dados deste levantamento e do próprio Projeto Uruguai obtido graças a articulação com setores ligados a Igreja Católica, os quais, por sua vez, os teriam conseguido por meio de “outros contatos”

A despeito do silêncio do setor elétrico, as informações foram chegando, e, com elas, a certeza da inundação de milhares de pequenas propriedades rurais, de vários núcleos rurais e de algumas sedes municipais, entre as quais a cidade de Itá, cuja nova sede a Eletrosul apressou-se em construir, garantindo, deste modo, o apoio de seus habitantes para a construção da barragem do mesmo nome (Peixer, 1993)

Muito pouco se sabia, também, sobre o destino das populações dessas áreas. De concreto, por parte da empresa, apenas a afirmação de que procederia a indenização das terras do Posto Indígena de Ligeiro (RS), em função da implantação da UHE Machadinho (CRAB, 1980)

A primeira reivindicação ou bandeira de luta assumida pelo movimento desde o primeiro encontro de 1979 foi a “indenização justa” pelas terras e benfeitorias. A adjetivação “justa” foi acrescentada a solução tradicional de desapropriação proposta pelo setor elétrico em situações similares, tendo em vista os depoimentos, já aludidos, dos pequenos produtores do Parana. As indenizações pagas ficaram muito aquém dos valores das terras onde foram instaladas aquelas obras, segundo tais depoimentos

No “Manifesto dos Pequenos Produtores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre as Barragens”, documento elaborado alguns meses depois da reunião de 1979, em Chapeco, a qualificação “justa” foi ressemantizada. Ela significaria mais que “de conformidade com os valores do mercado de terras”. Seu conteúdo foi ampliado, atribuindo à terra um

valor simbolico, estimativo ‘Em cima de nossas terras colocamos tudo Para nos elas têm um valor que a tecnica não percebe” (Comissão de Barragens, 1980) Este “tudo”, cujo valor os tecnicos não consideravam, dizia respeito a outros valores agregados a terra, além de sua condição de meio de produção, tais como o trabalho nela investido, suas tradições e sua vinculação a espaços comunitarios (Reis, 2007)

Por essas e por outras razões apontadas no manifesto em questão, contradiatoriamente afirmava-se mais adiante que ‘terra se troca por terra e não por dinheiro Ou seja, à indenização justa agregou-se uma nova reivindicação, já insinuada na reunião de Chapecó terra por terra na região A rigor, as principais razões para colocar em questionamento a desapropriação através de compensação financeira eram, em primeiro lugar, o temor de perder o acesso a terra devido a provável desvalorização das quantias recebidas em função das altas taxas de inflação e, em segundo lugar, a possibilidade de serem deslocados para outras regiões Este último temor foi confirmado quando a Eletrosul acenou com a possibilidade de realizar reassentamentos em projetos de colonização (CRAB, 1981) no Mato Grosso

Como lembra Moraes (1994a, p 161), a tensão entre as duas propostas, “indenização justa” e “terra por terra na região”, perdurou por alguns anos ao longo da trajetória do MAB Se havia, contudo, tensão entre elas, e mesmo ambiguidade e indefinição, não havia dúvida sobre o modo como deveriam ser encaminhadas as negociações com a Eletrosul À sua imposição de que as negociações fossem realizadas sem nenhuma intermediação, o movimento respondeu, desde os primeiros encontros, com veemente apelo aos pequenos produtores de que não negociassem suas terras individualmente Por outro lado, a reivindicação por reassentamento na região, ainda que de maneira indireta e mal delineada, apareceu ja no “manifesto” de Concórdia (CRAB, 1980, p 2) Foi, entretanto, o “comunicado”, resultante de uma reunião da comissão regional, realizada em agosto de 1980, em Marcelino Ramos, RS, que explicitou a proposta de reassentamento, incluindo os que ‘ não possuem terra, posseiros, arrendatários, peões, parceiros, índios, etc ” (CRAB, 1980 a, p 2)

Essas reivindicações foram encaminhadas a Eletrosul, que foi também pressionada por representantes políticos da região (prefeitos, associações de municípios do Alto Uruguai (AMAU), governador do Rio

A instalação de hidrelétricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos Grande do Sul e cooperativas) Como resposta, foi divulgado o documento “Política Geral de Desapropriação” (Eletrosul, 1981), apontando “princípios” que iriam nortear a liberação de áreas. Neste documento chamaram a atenção alguns pontos que reafirmavam práticas do setor elétrico, já enfatizadas. Entre elas, mais uma vez, sua perspectiva patrimonialista, ao indicar indenização exclusivamente aos proprietários, e seu autoritarismo, ao afirmar que as indenizações seriam pagas de acordo com as conveniências da empresa, e que, esgotadas as possibilidades de indenização, “recorreria à justiça para desapropriação do imóvel”. Quanto à possibilidade de reassentamento, os planos, segundo o documento, ainda seriam elaborados, em convênio com o INCRA e com os governos estaduais, não sendo possível afirmar se ocorreriam no mesmo município, no estado ou em outros estados, embora admitissem ouvir a população e “atender seus anseios”.

Ao mesmo tempo em que as providências prometidas pela Eletrosul em relação às questões sociais não eram cumpridas, aprofundavam-se as discussões sobre as reivindicações – sobretudo quanto às condições para o encaminhamento das indenizações e dos reassentamentos. Nesse contexto, cresciam, por parte do movimento, pelo menos até 1983, as discussões sobre “barragens por que e para quem”, incluindo, cada vez mais, argumentos macroeconômicos (Scherer-Warren, Reis, 1986). Assim, movidos pela incerteza, pelo medo e pela indignação diante do que, em síntese, classificavam como “descaso do governo”, não surpreende a radicalização do MAB ao assumir, paralelamente as demais bandeiras de luta, um “não às barragens”.

Esse posicionamento foi assumido a partir de um grande evento realizado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, congregando diferentes segmentos sociais e políticos junto aos agricultores do Vale do Uruguai. Nele, além do repúdio ao Projeto Uruguai, foi aprovada a proposta de elaboração de um abaixo-assinado contra as barragens a ser encaminhado ao então Presidente da Eletrobras e ao titular do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (CRAB, 1984 a).

Todavia, estrategicamente, o ano de 1985 se caracterizou, para o MAB, pela manutenção do “não às barragens” e pela luta para participar das decisões sobre o destino da proposta da Eletrosul de implantação das hidrelétricas. Ao mesmo tempo, assim que se instalou

a Nova República (1985), um grupo de parlamentares gaúchos foi a Brasília e obteve do então ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, a promessa de suspensão temporária dessa proposta, para que fossem reestudadas as suas condições⁹ Em audiência posterior, mantida com representantes do movimento, o ministro Chaves prometeu a paralisação temporária do Projeto Uruguai e a constituição de uma comissão para estudá-lo Ambas as conquistas foram saudadas com entusiasmo no Alto Uruguai (CRAB, 1985b, p 4)

As promessas, entretanto, só foram parcialmente cumpridas quase um ano após, sob muita pressão do MAB sobre os técnicos da Eletrosul sediados no Alto Uruguai, através da constituição de dois grupos de estudos – um para a UHE Itá e outro para a UHE Machadinho –, dos quais passaram a fazer parte representantes da empresa e do movimento As reuniões de ambos os grupos se sucederam, sendo arbitrariamente diminuída pela empresa a participação do MAB, que ficou com apenas dois representantes

Ao longo de 1986, entre marchas e contramarchas, o MAB se rearticulou, deixando de enfatizar as bandeiras políticas mais amplas contra o capitalismo, inclusive o “não as barragens”, e dedicou-se a promover uma longa rodada de reuniões nas localidades que seriam alagadas pela UHE Itá e UHE Machadinho discutindo propostas concretas em relação ao deslocamento dos agricultores As discussões foram, por fim, sintetizadas em um importante documento – o “Documento de Getúlio” – redigido em um grande encontro realizado em Getúlio Vargas, RS (Crab 1986), contendo 39 pontos a serem contemplados pela Eletrosul Este documento foi, a época, sem sombra de dúvida o mais completo e sistemático conjunto de reivindicações elaborado pelo MAB, contemplando alguns detalhamentos em relação às indenizações, a troca de terra por terra e aos reassentamentos

Depois de muitas tentativas frustradas de negociar os referidos pontos com a Eletrosul, o diálogo foi iniciado através de uma correspondência endereçada à CRAB (Crab, 1986 a), sinalizando positivamente para vários deles e argumentando contra outros Mas, sobretudo, assumindo compromissos, como a busca de soluções para os atingidos sem terra, a negociação coletiva em relação às indenizações e a apresentação de áreas nos três estados do Sul para os atingidos que

A instalação de hidreletricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos optassem por “terra por terra” O consenso em torno do Documento de Getúlio ocorreu, finalmente, em uma assembleia regional dos atingidos da Região I, que contou com a participação de diretores da Eletrosul. Esse documento, que passou a ser referido genericamente por “acordo” – “Documento de Acordo entre a Eletrosul e a Crab, em relação as usinas hidreletricas de Itá e Machadinho” (Eletrosul, 1987) foi assinado pelo presidente da empresa, em 29 de outubro de 1987, e pelo ministro das Minas e Energia, em 6 de novembro do mesmo ano.

Mais uma vez, a demora na efetivação das medidas aprovadas no acordo levou o MAB a lançar, em meados de 1988, uma nova campanha, “Machadinho nunca mais” (Crab, 1988c). Com esta nova bandeira de luta, a Região I teve o curso de sua história segmentado de um lado, os pequenos produtores ocupantes das áreas que seriam atingidas pela UHE Machadinho perseguiram o objetivo de seu cancelamento definitivo¹⁰. De outro lado, os de Itá¹¹, juntamente com o apoio e mediação do MAB, continuaram batalhando pelo cumprimento do acordo e enfrentando novos desafios, resultantes de suas próprias escolhas, como ter que tomar decisões e assumir tarefas específicas em relação aos reassentamentos que começaram a ser instalados a partir de meados de 1989 (REIS, 2001 a).

Considerações finais

O MAB voltou-se, de modo especial, a partir de 1988, para questões relativas aos futuros reassentamentos decorrentes da instalação da UHE Ita, como a escolha, juntamente com a Eletrosul, das glebas a serem adquiridas, a participação em uma comissão para definir critérios e montar os projetos para a instalação desses reassentamentos, a tarefa de mobilizar, informar e tentar convencer os colonos não proprietários a optarem por essa alternativa, a realização de reuniões com os optantes, para discutir o modelo de organização da produção e o perfil tecnológico a serem implantados na retomada do processo produtivo, a coordenação de parte do processo de instalação da infraestrutura desses empreendimentos. Assumiu, também, um conjunto de tarefas visando ao cumprimento do referido acordo, fazendo levantamentos semestrais do preço das terras na região para orientar as negociações das indenizações e participando em uma “comissão paritária”, jun-

tamente com a Eletrosul, destinada a discutir situações especiais (como casos de doença de velhice dos titulares, etc) de determinadas famílias que não poderiam ser removidas da região do Alto Uruguai

Além de todas essas incumbências, o MAB abriu novas frentes de luta, contribuindo decisivamente para a mobilização de outros futuros atingidos em reação à instalação de hidrelétricas no Vale do Uruguai e em outros estados brasileiros. Foi, de modo especial, um dos organizadores do “I Encontro Nacional sobre Barragens” (Goiânia, 1989), que deu origem a uma nova articulação nacional de outros movimentos em torno do mesmo problema, no qual foi estabelecido o dia 14 de março como o “Dia nacional de luta contra as barragens”. A este encontro sucederam-se outros nos anos posteriores, dois deles (1997, 2003) de caráter internacional, resultantes da articulação do MAB com uma rede de organizações voltadas para a problemática em questão.

Muitas foram as conquistas do MAB ao longo de seus quase trinta anos de existência, de modo especial quanto a mudança do comportamento do setor elétrico brasileiro em relação aos aspectos sociais da instalação de hidrelétricas. Entretanto, o MAB e as populações locais ocupantes de espaços requisitados para a instalação dessas obras tiveram que enfrentar e continuam enfrentando novos desafios em função da privatização de parte do setor elétrico brasileiro, no final da década de 1990. A partir dessa privatização, tem sido registrado significativo retrocesso (Borhold, 2003, Baggio, 2003) no que concerne as soluções relativas ao deslocamento compulsório das populações locais para a instalação de hidrelétricas. Mais que isso, lideranças do MAB e agricultores familiares a ele vinculados têm enfrentado repressão policial, indiciamento judicial e prisões, como no caso da UHE de Campos Novos, SC (Kroeger, 2005), em instalação no vale do Uruguai, berço da organização deste movimento social.

Notas

- ¹ Os trabalhos pioneiros no Brasil sobre esta temática foram desenvolvidos pelo professor Sílvio Coelho dos Santos, alguns deles em parceria com colegas de outras universidades e com os demais membros de um grupo de pesquisa criado e liderado pelo autor. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que desde o final da década 1970 até seu recente falecimento se dedicou ao tema, paralelamente com a problemática indígena, que foi central em toda sua trajetória acadêmica. Sobre a temática em pauta veja-se, entre outros, Santos (2007, 1992, 1983), Santos e Nacke (2003, 1988), Santos

- A instalação de hidrelétricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos e Reis (1993) Santos e Aspelin (1982 1981 1979) Santos *et al* (1980)
- ² Trata-se de uma autodesignação assumida pelos pequenos produtores rurais através da constituição da própria Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) embora tenha sido inicialmente atribuída pela Eletrosul a população a ser deslocada das áreas reivindicadas para a instalação de hidrelétricas (Reis 1998)
 - ³ Segmento da Igreja Católica orientado pela Teologia da Libertação Sobre suas características e atuação no espaço rural brasileiro veja-se entre outros Paiva *et al* (1985)
 - ⁴ Ita/Machadinho Itapiranga/Iraí Lages/Vacaria Chapeco/Chapecozinho
 - ⁵ Como afirmou uma das lideranças da CRAB em entrevista realizada em 1988 por Ilse Scherer Warren e pela autora as CEBs coincidem com os limites das comunidades rurais tradicionais constituindo-se em um conjunto de Circulos Bíblicos ou Grupos de Reflexão
 - ⁶ Este exercício constituiu de acordo com Macedo (1986 p 68 69) uma nova hermenêutica bíblica que introduziu na questão propriamente evangélica um elemento que permitia equacionar a injustiça e o sofrimento como problemas religiosos
 - ⁷ Vale destacar que conforme Navarro (1996) havia antes mesmo da criação da ESMA uma forte identificação entre as lideranças do novo sindicalismo no Alto Uruguai e a formação dos diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores (PT)
 - ⁸ Conforme a Gazeta Mercantil de 13/04/1985 (*apud* Crab 1985 a p 1) esta promessa teria provocado a renúncia do então presidente da ELETROSUL Thompson Flores
 - ⁹ As obras de instalação da UHE Machadinho que está em funcionamento desde 2002 foram retomadas com a privatização de parte da Eletrosul em 1997
 - ¹⁰ A UHE Ita está em funcionamento desde 2000

Referências bibliográficas

- ASPELIN, Paul L, SANTOS Sílvio Coelho dos *Indian areas threatened by hydro electric projects in Brazil* Copenhagen IWGIA, 1981 (Document 44)
- BAGGIO Elaine R *Influência da UHE Quebra Queixo sobre a reprodução socioeconômica das unidades familiares de produção* Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003
- BORNHOLDT Luciano C *Família rural e reprodução social* estudo de caso da UHE Quebra Queixo Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis 2003
- BOURDIEU, Pierre *Decrire et prescrire note sur lês conditions de possibilite et lês limites de l'efficacite politique Actes de la Recherche em Sciences Sociales* Paris, n 38, p 69-73, mai 1981
- CENTRAIS ELETRICAS DO SUL DO BRASIL (ELETROSUL) *Inventario hidro energetico do Rio Uruguai* Relatório Geral Florianópolis 1979
- CENTRAIS ELETRICAS DO SUL DO BRASIL *Politica geral de desapropriação* Florianópolis, 1981

- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB) *Manifesto dos agricultores do Alto Uruguai gaúcho e catarinense sobre as barragens* Concordia 1980
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS *Comunicado* Marcelino Ramos 1980a
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS *Boletim* Erexim n 1, 1981
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS *Barragens as verdades que a Eletrosul não diz* Erexim, 1984
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS *A enchente do Uruguai* Erexim, n 9, ago 1984a
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS *A enchente do Uruguai* Erexim, n 10, abr 1985
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS *A enchente do Uruguai* Erexim, n 12, set 1985a
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS *A enchente do Uruguai* Erexim, n 14, mar/abr 1986
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS *A enchente do Uruguai* Erexim n 20 fev 1988
- COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS *Nossa historia em debate* Erexim Gráfica Vianei 1990
- DOIMO, Ana Maria *A vez e a voz do popular* movimentos sociais e participação politica no Brasil pos 70 Rio de Janeiro Relume Dumara, 1995
- FERREIRA, Angela D *Movimentos sociais no Parana – 1980/1982* In BONIN, Anamaria et al (Org) *Movimentos sociais no campo* Curitiba Scientia et Labor Ed da UFPR, 1987
- FUNDAÇÃO ALTO URUGUAI PARA PESQUISA E ENSINO SUPERIOR (FAPES) *Relatorio do encontro sobre barragens* Chapeco SC, 1970
- GERMANI, Guiomar I *Os expropriados de Itaipu* Porto Alegre Ed da UFRGS 1982 (Cadernos do PROPUR)
- KROEGER Juliana *O drama dos atingidos pela barragem de Campos Novos* *Caros Amigos*, São Paulo n 101, ago 2005
- MACEDO, Carmem C *Tempo de gênese* o povo das comunidades eclesiais de base São Paulo Brasiliense 1986
- MAGALHÃES Sonia *O desencantamento da beira* reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela usina hidrelétrica de Tucuruí In MAGALHÃES Sonia et al (Org) *Energia na Amazônia* Belem PA Museu Paranaense Emílio Goeldi Universidade Federal do Para, Associação das Univ Amazônicas 1996
- MARTINS COSTA, Ana Luisa B *Uma retirada insolita* a representação camponesa sobre a formação do Lago de Sobradinho Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989

A instalação de hidreletricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos

MORAES Maria Stela M de *No rastro das águas* pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990 Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica Rio de Janeiro 1994

MORAES, Maria Stela M de Reassentamentos de atingidos pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai In MEDEIROS, Leonilde et al (Org) *Assentamentos rurais* uma visão interdisciplinar São Paulo Ed da Unesp, 1994a

NAVARRO Zander Democracia, cidadania e representação os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990 In NAVARRO, Zander et al (Org) *Política protesto e cidadania no campo* as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul Porto Alegre Ed da UFRGS 1996

NOVAES Regina C A mediação no campo entre a polissemia e a banalização In MEDEIROS, Leonilde et al (Org) *Assentamentos rurais* uma visão multidisciplinar São Paulo Ed da Unesp, 1994

PAIVA, Vanilda (Org) *Igreja e questão agrária* São Paulo Loyola, 1985

PALMEIRA Moacir A diversidade da luta no campo luta camponesa e diferenciação do campesinato In PAIVA, Vanilda (Org) *Igreja e questão agrária* São Paulo Loyola 1985

PEIXER, Zilma *Utopias de progresso* ações e dilemas na sociedade de Ita frente a uma hidroelettrica Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 1993

REIS, Maria Jose *Espaços vividos migração compulsoria identidade* os camponeses do Alto Uruguai e a hidreletrica de Ita Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas Campinas, 1998

REIS, Maria Jose O reassentamento de pequenos produtores rurais o tempo da reconstrução e recriação dos espaços In REIS, Maria José BLOEMER, Neusa M Sens (Org) *Hidreletricas e populações locais* Florianópolis Cidade Futura Ed da UFSC, 2001

REIS Maria Jose Memória, territorialidade e migração compulsoria a reação dos agricultores a instalação da hidreletrica Ita In REIS, Maria Jose RADOVICH Juan Carlos, BALAZOTE Alejandro O (Org) *Disputas territoriales y conflictos interetnicos en Brasil y Argentina* Cordoba Ferreyra, 2005 p 11-14

REIS Maria Jose BLOEMER, Neusa M Sens (Org) Apresentação In _____ *Hidreletricas e populações locais* Florianópolis Cidade Futura Ed da UFSC, 2001

REIS, Maria Jose BORNHOLDT Luciano O poder de representar e ampliar direitos o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) In BOEIRA, Sergio (Org) *Democracia e políticas públicas* diversidade temática dos estudos contemporâneos Itajaí Ed da Univali, 2005

RIBEIRO, Gustavo L Proyectos de gran escala hacia un marco conceptual

- para el analisis de una forma de produccion temporaria In BARTOLOME, Leopoldo J (Org) *Relocalizados* antropologia social de las poblaciones desplazadas Buenos Aires Ed del IDES 1985
- ROTMAN Franklin *Political process and peasant opposition to large hydroelectric dam the case of the Rio Uruguai movement in Southern Brazil* Tese (Doutorado em Sociologia) – University of Wisconsin-Madison, Wisconsin 1993
- SAHLINS M *Cultura e razão pratica* Rio de Janeiro Zahar 1979
- SANTOS, Sílvia Coelho dos Construção de barragens e sociedades indígenas no Sul do Brasil *América Indígena* México, v 43, n 2, p 319 342 1983
- SANTOS, Sílvia Coelho dos Metodologia para o estudo de projetos de desenvolvimento e suas implicações políticas o caso das hidrelétricas In ARANTES, A A et al (Org) *Desenvolvimento e direitos humanos* a responsabilidade do antropólogo Campinas Ed da Unicamp 1992
- SANTOS, Sílvia Coelho dos Hidrelétricas e suas consequências socioculturais In VERDUM, Ricardo (Org) *Integração usinas hidrelétricas e impactos ambientais* Brasília Inesc 2007 p 41-56
- SANTOS, Sílvia Coelho dos, ASPELIN Paul L Uruguay Basin Project damming the Indians of Southern Brazil *Anthropology Resource Center Newsletter*, Boston v 3 n 4 1979
- SANTOS, Sílvia Coelho dos, ASPELIN Paul L Areas indígenas ameaçadas por projetos hidrelétricos no Brasil *Anais do Museu de Antropologia* 1979 1982 Florianópolis Ed da UFSC v 11 14, 1982
- SANTOS Sílvia Coelho dos NACKE, Aneliese Povos indígenas e desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo ANPOCS v 3, n 8, 1988
- SANTOS, Sílvia Coelho dos, NACKE, Aneliese (Org) *Hidrelétricas e povos indígenas* Florianópolis Letras Contemporâneas 2003
- SANTOS, Sílvia Coelho dos, REIS, Maria Jose A construção das hidrelétricas como um fenômeno social In HELM, Cecília M V, REIS Maria José (Coord) *Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações* aspectos socio culturais Curitiba Instituto Ambiental do Parana, Florianópolis UFSC 1993 Relatório de Consultoria
- SANTOS, Sílvia Coelho dos et al *Projeto Uruguai* consequências da construção da barragem Machadinho para os índios do PI Ligeiro (RS) Florianópolis UFSC, FAPESP ELETROSUL FUNAI, 1980 Relatório de Consultoria
- SCHERER-WARREN, Ilse O Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai unidade e diversidade *Cadernos do CEAS*, Salvador n 120, 1989
- SCHERER-WARREN, Ilse REIS Maria Jose As barragens do Uruguai a dinâmica de um movimento social *Boletim de Ciências Sociais* n 42, p 25-48 1986
- VAINER Carlos B, ARAÚJO, Frederico G B Implantação de grandes hidrelétricas estratégias do setor elétrico estratégias das populações atingidas *Travessia*, n 6, jan 1990